

14.ª 22.06.2020	SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CARNIDE
----------------------------------	---

ACTA

Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Espaço Bento Martins, sito no edifício sede da Junta de Freguesia – Largo das Pimenteiras, 6, para efectivação de mais uma sessão ordinária, do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES, JOÃO VENTURA TOURÃO, MIGUEL MARÇAL (em substituição de PAULO RENATO), DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE, MIGUEL MARTINS AGROCHÃO, FERNANDO SOUTEIRO FERNANDES (em substituição de VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO) e MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ.

Por parte do Executivo estiveram presentes: FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA, SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ E MARIA TERESA FERREIRA MARTINS.

Na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

- 1. Acta da 13.ª Assembleia de Freguesia de Carnide.**
Apreciar e votar a acta da reunião anterior;
- 2. Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.**
Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de freguesia, de acordo com a Alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
- 3. Prestação de contas**
Apreciar e votar os documentos de Prestação de Contas, ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do art.º 9.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
- 4. Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.**
Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2020, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
- 5. Aprovação da 1.ª revisão ao PPI e ao PPA de 2020.**
Aprovar a 1.ª Revisão ao PPI e PPA de 2020-2022, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

6. Inventário;

Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;

7. Propostas – Protocolos de Cooperação

A Autorizar a celebração de Protocolos de acordo com as alíneas g) e j) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Antes do início da sessão foram entregues à Mesa os seguintes documentos:

Documento 1 – **MOÇÃO (conjunta de CDU, PS, PSD e CDS)** – Obras na 42ª Esquadra da PSP;

Documento 2 – **MOÇÃO (conjunta de CDU, PS, PSD e CDS)** – Escassez de estacionamento nas imediações dos portões do Externato da Luz, para tomada e largada de passageiros (alunos dos 3 aos 15 anos)

Documento 3 – **VOTO DE PESAR (conjunta de CDU, PS, PSD e CDS)** - pelas vítimas mortais do COVID-19 e de saudação a todos os que estiveram e estão na linha da frente do combate à pandemia.

Documento 4 – **SAUDAÇÃO (CDU)** – 46º Aniversário da Revolução de Abril e 1º de Maio;

Documento 5 – **VOTO DE SAUDAÇÃO (PS)** - 46º Aniversário da Revolução de Abril e 1º de Maio;

Documento 6 – **VOTO DE LOUVOR (CDU)** – aos Trabalhadores da Junta de Freguesia de Carnide;

Documento 7 – **RECOMENDAÇÃO (CDS)** -Pela criação de uma mini-brochura para a promoção do comércio local;

Documento 8 – **MOÇÃO (CDS)** – Disponibilizar máscaras a pessoas com carência socio-económica. Idosos isolados e pessoas em situação de sem-abrigo.

Documento 9 - **MOÇÃO (PSD)** – Estudar a possibilidade de realizar a Feira da Luz 2020, apenas com a Actividade Comercial de Venda Ambulante.

A iniciar a reunião a Presidente da Assembleia de Freguesia começou por saudar todos os presentes e, não havendo período para intervenção do público por força das regras de contingência COVID-19, entrou-se directamente no PAOD discutindo-se os documentos entregues;

Assim, **MIGUEL AGROCHÃO** começou por apresentar o **Documento 1 – MOÇÃO CONJUNTA - Obras na 42ª Esquadra da PSP**, afirmando que *“quem luta nem sempre*

ganha, quem não luta já perdeu". Sublinhou, depois, que a mobilização de todas as forças vivas, de todas as Instituições, das diferentes sensibilidades políticas em torno de uma causa que a todos diz muito, provou ser o caminho certo para colocar na agenda um assunto que, em muitos outros cantos, teria sido secundado e arrumado sem grande relevância.

Reconhecendo que houve uma manifesta cooperação entre todas as forças políticas, sem que qualquer uma delas tivesse procurado protagonismo, quis, porém, deixar uma nota de reconhecimento ao Partido Socialista de Carnide, para quem a situação era particularmente delicada, mas que em boa hora se assumiu e se posicionou do lado certo, facilitando e ajudando nos resultados.

Acrescentou, contudo, que esta era apenas uma meia vitória, uma vez que ainda nada de concreto fora conseguido, o que apenas se poderá considerar no dia em que a esquadra de Carnide reabrir.

Por outro lado, disse também que havia a consciência de que a abertura da esquadra continuava a depender do Ministério da Administração Interna, pelo que o foco, no imediato, deveria ser direccionado para a Câmara Municipal de Lisboa, numa lógica colaborativa, como a que tem pautado todo este processo, no sentido de se acelerar a execução das obras para que, então, se possa passar à derradeira fase, que será a da pressão junto do MAI em vista à garantia da reabertura da Esquadra de Carnide.

A propósito da redacção desta moção **JOSÉ MORGADO** alertou para a existência de alguns erros de ortografia e de sintaxe, afirmando que seria importante corrigi-los, de modo a que o documento pudesse ser enviado para os respectivos destinatários de forma escoreita.

Sublinhou, também, a importância que assumiu o envolvimento e a participação de diversos órgãos políticos e de soberania nesta luta, que implicou desde autarcas locais e municipais até deputados da Assembleia da República.

DANIEL SOARES, na sua vez, começou por agradecer as referências elogiosas à acção do Partido Socialista, anteriormente feitas por Miguel Agrochão, sublinhando que esta também é uma luta do PS.

Acrescentou, depois, que o PS tinha a informação de que a Câmara Municipal de Lisboa iria contactar o MAI no sentido de obter, junto daquele órgão, informação concreta da vontade de o Ministério da Administração Interna e da Polícia de Segurança Pública de reabrirem a esquadra, *"pondo as coisas preto no branco"*.

Relativamente ao texto, propriamente dito, **DANIEL SOARES** afirmou concordar com as correcções propostas pelo PSD, pelo que deveria resultar daí a redacção final.

Propôs, também, que o documento pudesse ser assinado de mão, de modo a ficar claro que esta é uma Moção de iniciativa da Assembleia, enquanto conjunto, e à qual todos estão vinculados pessoal e politicamente.

Após este tempo de intervenções e tendo esta **MOÇÃO** sido colocada à votação, resultou a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE, SENDO SUBSCRITA POR TODOS OS PARTIDOS.**

No seguimento da reunião, **DIANA VALE** apresentou o **Documento 2 – MOÇÃO CONJUNTA - Escassez de estacionamento nas imediações dos portões do Externato da Luz, para tomada e largada de passageiros (alunos dos 3 aos 15 anos)**, explicando que este documento conjunto nasceu da reflexão feita pelos diferentes Partidos, na sequência de problemas anteriormente apresentados e trazidos a esta Assembleia por elementos da Assembleia de Representantes de Pais do Externato da Luz.

Na sequência da apresentação do documento, **DANIEL SOARES** afirmou que os eleitos do PS - que na Assembleia de Freguesia de Carnide apenas contava com três representantes, mas que na Câmara Municipal de Lisboa lideravam o Executivo - estavam fortemente empenhados na procura de uma solução para este problema, tendo mesmo os eleitos locais iniciado já diligências junto da CML para que houvesse uma acção concreta e para que fossem feitos os estudos e as consultas necessárias, que possam vir a permitir a implementação, no local, de uma obra física que minimize o problema ou que resulte como solução.

JOSÉ MORGADO, na sua vez, sublinhou a importância de, para além dos pais das crianças que frequentam o Externato da Luz, se poderem também ouvir os residentes da zona em apreço, considerando que aquela é uma área de elevada densidade populacional e com uma procura de estacionamentos largamente excedentária em relação à oferta. A audição destes residentes torna-se, assim, imprescindível para que a solução que venha ser encontrada não peque por defeito e venha a ser eficaz, não só para o Externato da Luz, mas também para a população que ali reside e que é bastante numerosa.

Submetido à votação, resultou este documento **APROVADO POR UNANIMIDADE, SENDO SUBSCRITO POR TODOS OS PARTIDOS.**

Na continuação da apreciação dos documentos entregues à Mesa, **DANIEL SOARES** apresentou o **Documento 3 – VOTO DE PESAR CONJUNTO pelas vítimas mortais do COVID-19 e de saudação a todos os que estiveram e estão na linha da frente do combate à pandemia.**

Explicou que, tal como nos documentos anteriormente apreciados, este documento era também o resultado de um texto proposto por um dos partidos, em conjugação com as ideias de todos os outros, emergindo numa solução de compromisso e parecendo-lhe bastante equilibrada, podendo ser subscrita por todos e considerando de justiça que assim acontecesse.

Clarificou que os números e os dados indicados no documento se reportavam à data corrente.

A este propósito e neste contexto, **DIANA VALE** quis dar uma nota de referência ao trabalho desenvolvido pelo Executivo da Junta de Freguesia de Carnide e, nomeadamente, pelo seu Presidente, na celeridade de reorganização, adaptação de meios e apresentação de respostas sociais e de prestação de cuidados, sendo por demais evidente a constante preocupação de todos para que nada faltasse a ninguém, e que ninguém ficasse para trás.

Sublinhou, nesta sequência, também a intervenção dos trabalhadores da Junta de Freguesia, incedíveis e incansáveis, que, mesmo colocando-se a eles em risco, desdobraram-se em cuidados e tudo fizeram ao serviço do próximo.

Acrescentou que o CDS acredita no valor do trabalho de colaboração e de partilha e que aqui todos trouxeram uma importante mais-valia, em favor do colectivo.

Com esta experiência - disse - *“mostrámos, também, que quando é importante, quando existem estas questões de emergência, acima de tudo fala o consenso e impera o bom senso, para o bem-estar do cidadão e da sua saúde”*.

Tendo sido submetido à votação, este documento resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE, SENDO SUBSCRITO POR TODOS OS PARTIDOS.**

Relativamente ao **Documento 4 – SAUDAÇÃO (CDU) – 46º Aniversário da Revolução de Abril e 1º de Maio**, coube a **JOÃO VENTURA TOURÃO** fazer a sua apresentação.

Não havendo, por parte dos presentes, qualquer tipo de manifestação acerca do seu conteúdo a Presidente da Assembleia de Freguesia colocou o documento à apreciação, resultando o mesmo **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos), PS (3 votos) e PSD (2 votos) e a abstenção do CDS (1 voto)

Em seguimento, **VASCO FERREIRA** apresentou o **Documento 5 -VOTO DE SAUDAÇÃO (PS) - 46º Aniversário da Revolução de Abril e 1º de Maio**, e quis explicar que este documento era igualmente um voto de celebração do 25 de Abril e do 1º de Maio, evocando também a memória de todos os que antes da Revolução de Abril lutaram para que hoje todos pudéssemos usufruir dos benefícios da liberdade e da democracia, e também uma comemoração de todos os passos que entretanto foram dados na construção e robustez de um sistema democrático, que nos permite usufruir dos nossos direitos, liberdades e garantias.

Acrescentou que, num contexto pandémico, que tem servido de justificação, em Portugal e no mundo, para um ataque aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em democracia, e também dos trabalhadores, estes são valores que devem ser sublinhados. *“Evocar o 25 de Abril e o 1º de Maio, nesta altura de pandemia, também é garantir que cerramos fileiras na protecção, num momento de excepção, do que são valores de que não podemos abrir mão”*, disse

Submetido a votação, este Voto de Saudação resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Relativamente ao **Documento 6 - VOTO DE LOUVOR – aos Trabalhadores da Junta de Freguesia de Carnide, FERNANDO OLIVEIRA**, procedeu à sua leitura e apresentação.

Após este acto, os eleitos do PS, PSD e CDS, manifestaram o desejo de se associarem a ele e de subscreverem o mesmo documento.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, afirmou não poder estar mais de acordo com este Voto de Louvor, assente na percepção que têm as pessoas quando, ao circular pelas ruas de Lisboa, empreendem fazer a comparação com o que se verifica na freguesia de Carnide. Se nalgumas freguesias da Cidade a argumentação da COVID-19 é justificação para algumas faltas de cuidado e de organização, na freguesia de Carnide essa situação parece não se ter verificado. *“Apesar de todas as dificuldades sentidas, os trabalhadores da Junta de Freguesia fizeram os possíveis e os impossíveis para que o resultado final da actuação da Junta seja francamente positivo”*.

Sendo colocado à apreciação pela Presidente da Assembleia de Freguesia, este documento resultou **APROVADO POR UNANIMIDADE, PASSANDO A SER SUBSCRITO POR TODAS A FORÇAS POLÍTICAS** e assumindo a característica de **Documento Conjunto**.

Na continuação desta Assembleia **DIANA VALE** fez a apresentação do **Documento 7 – RECOMENDAÇÃO (CDS) - Pela criação de uma mini-brochura para a promoção do comércio local** e do Documento 8 - **MOÇÃO (CDS) – Disponibilizar máscaras a pessoas com carência socio-económica, idosos isolados e pessoas em situação de sem-abrigo**.

Neste sentido, começou por dizer que o primeiro documento se prendia com uma proposta, que se traduzia num incentivo concreto, com vista a acelerar a retoma da actividade dos comerciantes e lojistas que decidiram apostar na nossa freguesia como local para exercerem os seus negócios. Disse também que, no entender do CDS, o importante era levar-se ao conhecimento dos fregueses a informação do comércio existente, nomeadamente com a publicitação e distribuição de uma mini-brochura pelas caixas de correio, visando promover e dinamizar a economia local.

Acerca do segundo documento que o CDS aqui trouxe, **DIANA VALE** afirmou que, à semelhança daquele que foi também apresentado na Câmara Municipal de Lisboa, este se relacionava com a disponibilização de máscaras a pessoas com carências socio-económicas, idosos isolados e pessoas em situação de sem-abrigo. Pretendia-se com esta medida que ninguém ficasse para trás e, por isso, se propunha, também nesta Moção, criar nas instalações da Junta de Freguesia um local para o levantamento deste equipamento, bem como providenciar a possibilidade da sua entrega ao domicílio, considerando a dificuldade de deslocação de algumas pessoas, e o fornecimento das adequadas explicações acerca do seu uso correcto

A propósito destes dois Documentos **MIGUEL AGROCHÃO** informou que a CDU se iria abster na sua votação, uma vez que, considerando-as pertinentes, as medidas neles preconizadas já estavam implementadas e que a Junta de Freguesia de Carnide já as havia posto em prática, numa visão consciente e atempada do problema.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, afirmou considerar que as duas propostas eram bastante meritórias, principalmente quando aquilo que se propunha era ajudar o comércio e a actividade local e, concomitantemente, proporcionar às pessoas as devidas e necessárias protecções no quadro da actual pandemia, pelo que, em sede de votação, o PSD iria votá-las favoravelmente.

Submetidas, então, à respectiva votação, a Recomendação e Moção apresentadas pelo CDS, resultaram ambas **APROVADAS** com os votos favoráveis do CDS (1 voto), PSD (2 votos) e PS (3 votos) e a abstenção da CDU (7 votos)

Após este momento, **JOSÉ MORGADO** apresentou o **Documento 9 - MOÇÃO (PSD) – Estudar a possibilidade de realizar a Feira da Luz 2020, apenas com a Actividade Comercial de Venda Ambulante**, começando por explicar que esta Moção recebera, por parte de algumas pessoas com quem anteriormente conversara, algumas sugestões de cautela por se reportar a uma matéria delicada, atendendo às contingências actuais. Concretizou, depois, dizendo que ela se prendia com o facto de a Feira da Luz ser, para além da dimensão festiva, também uma actividade comercial de bastante relevo, com 400 anos de existência, que fundamentalmente se suporta no comércio ambulante.

Por outro lado, disse também **JOSÉ MORGADO**, os vendedores ambulantes experimentam na actualidade muito sérias dificuldades, nomeadamente pela baixa facturação realizada nos últimos meses, não apenas pela suspensão das feiras em consequência da COVID-19, mas também pelo facto de, quando foi possível retomar a actividade, as pessoas terem passado a comprar menos coisas.

Neste sentido, a Moção apresentada, pretendia contribuir com algumas sugestões para minorar as dificuldades por que passam estes comerciantes, com a possibilidade da realização de uma feira ambulante, sem espectáculos, como durante muitos anos aconteceu, com as devidas cautelas e respeitando todas as normas da DGS.

Sublinhou também que alguns dos feirantes habituais na Feira da Luz são residentes em Carnide, pelo que seria importante que a autarquia os pudesse apoiar.

A este propósito, **DANIEL SOARES**, afirmou que o PS, ainda que compreendendo a situação e o problema por que passam os comerciantes, discordava da possibilidade de realização da Feira da Luz no ano presente, e que, no actual cenário, considerava arriscada a criação de qualquer expectativa entre os feirantes. Por outro lado - afirmou **DANIEL SOARES** -, a Feira da Luz não é igual a uma Feira da Ladra ou a uma Feira do Relógio, seja pela sua duração, seja pelas características da própria Feira, ou mesmo dos vendedores e daquilo que se vende, constituindo-se de vocação completamente diferente e, assim, incomparável com qualquer outra. Concluiu esta intervenção afirmando que qualquer evento cultural, ou de outra natureza, que implique ajuntamentos fora daquelas que são as regras determinadas pela Direcção Geral da Saúde não deverão ser realizados, e que a Junta de Freguesia deverá ter uma actuação responsável nestas circunstâncias.

DIANA VALE por sua vez, afirmou ser louvável a preocupação que o PSD trazia a esta Assembleia, pelo que o CDS iria votar favoravelmente esta Moção, porém –

acrescentou - tendo em conta o aumento de casos COVID positivos na área metropolitana de Lisboa, era preciso assumir uma postura muito cautelosa e ter muito cuidado e rigor com o modelo que pudesse vir a ser implementado.

Submetida a votação, esta Moção foi **REJEITADA**, com os votos contra da CDU (7 votos) e do PS (3 votos), e com os votos favoráveis do PSD (2 votos) e do CDS (1 voto).

DANIEL SOARES anunciou que o PS iria apresentar uma Declaração de Voto por escrito.

Na continuação desta reunião, em tempo de PAOD, **MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ (PSD)**, questionou o Presidente da Junta de Freguesia se havia já tido informação de algum resultado/conclusão acerca da auditoria que o Tribunal de Contas fez, em 2017, a três Juntas de Freguesia de Lisboa, entre elas a de Carnide, no âmbito do processo de reforma administrativa

Em resposta, **FÁBIO SOUSA** afirmou não ter recebido ainda qualquer resultado, relativos à Junta de Freguesia de Carnide, e que apenas haviam sido tornados públicos os resultados relativos à auditoria realizada à Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém. Acrescentou, também, que estava convencido de que, mais do que uma auditoria, o que havia sido feito fora antes um estudo, por parte do Tribunal de Contas, a propósito daquilo que era o processo de reforma administrativa em curso, para que efectivamente se aprendesse com o próprio processo.

JOSÉ MORGADO, por sua vez, quis questionar o Presidente do Executivo acerca do processo cancelamento da Feira da Luz de 2020, nomeadamente, inquirindo se, entretanto, haviam sido contactados e informados os feirantes acerca desta decisão.

Pelo PS, **DANIEL SOARES** pediu ao Presidente que desse nota do resultado da reunião havida à data deste dia com a Câmara Municipal de Lisboa e com os outros autarcas da cidade, a propósito do COVID-19. Quis também saber acerca do ponto de situação dos cidadãos que estão a habitar no largo da luz e deu nota de que ao PS havia sido sinalizada uma situação anómala com a pintura viária na entrada da 2ª circular, depois do viaduto, que parecia não estar bem, gerando alguma confusão entre os automobilistas. Neste sentido questionou, também, se teriam chegado à Junta de Freguesia alguns alertas neste propósito e, se sim, como é que a Junta tem trabalhado com a CML a situação.

JOÃO VENTURA, por seu lado, congratulou-se com o início da execução das obras de requalificação da Azinhaga das Carmelitas, consideradas em Orçamento Participativo, seis anos após a sua aprovação, e, aproveitando esta intervenção, recuperou uma discussão havida em momento anterior para recordar a existência de uma aplicação para telemóvel e PC, da autoria de Vitor Bom Norte, já operacional e com a informação do comércio de Carnide que está aberto ao público e a funcionar na freguesia.

DIANA VALE, no uso da palavra, inquiriu acerca do número pedidos de ajuda recebidos pela Junta de Freguesia desde o início do estado de emergência; do número de máscaras produzidas e distribuídas à população; do seu custo e de qual o critério seguido para que apenas fosse distribuída uma máscara por fogo.

Questionou, também, se esta não seria uma boa oportunidade para que as reuniões da Assembleia de Freguesia começassem a ser transmitidas via on-line, aproveitando o grande palco que a actual situação pandémica proporcionou a este tipo de comunicação tecnológica.

Por fim, quis saber informações acerca do actual ponto de situação da Feira Popular?

O Presidente do Executivo, **FÁBIO SOUSA**, começou por explicar as razões do cancelamento da Feira da Luz do ano de 2020, assumindo que esta foi uma decisão difícil, mas consciente, obedecendo às orientações da DGS, do Governo e das autoridades de saúde locais, uma vez que, a esta distância, se previa um segundo surto em Setembro de grande complexidade.

Contudo, e porque a tradição da Feira da Luz está muito enraizada no sentimento popular e na dimensão religiosa da cidade, irão ser estudadas e articuladas estratégias com o pároco de Carnide, de modo a avaliar-se a possibilidade e a exequibilidade de se assinalar este acontecimento sob o ponto de vista religioso e cultural.

Relativamente à reunião que estava agendada para esta data com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, **FÁBIO SOUSA** informou que a mesma fora adiada para o dia 25 de Junho. Afirmou também que, nesta data, existiam algumas expectativas que se prendiam com a situação anunciada pelo Primeiro Ministro, a propósito do aperto de medidas de contingência em 15 freguesias de Lisboa, consideradas em situação mais delicada, mas que, porém, Carnide não estaria incluída nessa lista.

Disse ainda, que ao longo do tempo o Executivo foi monitorizando a situação de Carnide com as autoridades de saúde, porque desde cedo se considerou importante aferir com rigor a informação circulante que, muitas vezes, apenas espelha uma vivência de bairro, onde, com alguma frequência, fala mais o coração do que a razão.

No tocante à situação da família que habita o Largo da Luz, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou que este tem sido um processo de resolução difícil e complexo: Tendo-lhes sido atribuída, pela Câmara Municipal de Lisboa, uma habitação no Bairro Alfredo Bensaúde, eles recusaram-na. O processo sofreu, assim, um retrocesso, pelo que continuam a ser desenvolvidos esforços de solução, articulados entre Junta de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia e CML. Na manhã deste mesmo dia foi-lhes entregue a chave de uma casa no Bairro da Ameixoeira, acreditando-se que esta seja a solução definitiva.

Acerca do arranque do projecto de Requalificação da Azinhaga das Carmelitas, integrado no Orçamento Participativo, **FÁBIO SOUSA** afirmou que este facto constituía uma razão de satisfação para toda a freguesia e para todos os membros desta Assembleia.

Relativamente às questões levantadas por Diana Vale, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou não saber, em concreto, o número exacto de pedidos de ajuda recebidos pela autarquia, mas que seriam, com total certeza, um número bastante elevado, desde pedidos alimentares, pedidos de computadores para qua as crianças

pudessem acompanhar as aulas em modo de plataforma síncrona, pedidos de realização de tarefas, etc. etc. etc...

Em continuação das respostas, informou que a aquisição e distribuição das máscaras individuais significaram um investimento superior a 20.000,00€. Clarificou também que apenas foi colocada uma máscara em cada caixa de correio, mas que a todos os moradores era dada a possibilidade de se requisitarem mais exemplares à Junta de Freguesia de Carnide. À data presente haviam já sido distribuídas à população cerca de 14.000 máscaras, entre máscaras P2, cirúrgicas e personalizadas da JF.

Também para todas as crianças e monitores envolvidos no programa das animações de Verão iriam ser disponibilizadas máscaras num número bastante significativo.

10

Acerca do ponto de situação relativo às obras da Feira Popular, **FÁBIO SOUSA** afirmou não dispor de qualquer tipo de informação complementar. *“O que se vê”,* disse ele, *“são movimentações de terras e de trabalhadores, mas sem que à Junta tenha chegado qualquer informação”.*

Entrando-se na discussão dos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos, a Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à apreciação a **Acta da Reunião anterior** (Acta nº 13 – Ponto 1 da O.T.), resultando a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE**

Acerca do **PONTO 2 - Informação Escrita do Presidente**, **DANIEL SOARES** começou por dar nota que o conteúdo desta informação escrita, relativo ao urbanismo e mobilidade, havia registado uma redução drástica na sua extensão; congratulou-se, depois com o início da obra da Azinhaga das Carmelitas, e sublinhou que, ao contrário do que por várias vezes foi afirmado pela CDU, o PS sempre esteve do lado certo e esforçou-se bastante para que a obra fosse iniciada; outra razão de regozijo prendia-se com o facto de saber que esta obra estava a avançar a um muito bom ritmo e pretendia, por isso, inquirir o Presidente da Junta da Freguesia acerca do actual Ponto de situação

Em seguimento da sua intervenção, afirmou, também, que continuava a discordar da linguagem e dos termos usados na Informação Escrita.

Em tempo de pandemia, quis ainda fazer notar que a Junta de Freguesia de Carnide, tal como a maior partes das outras Juntas de Freguesia de Lisboa e a própria CML têm trabalhado visivelmente bem, e que tinha conhecimento de que a JF Carnide havia colaborado activamente para a resolução de um problema de um jovem do Bairro Padre Cruz, com COVID positivo, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e demais entidades.

DIANA VALE, na sua vez, questionou acerca do ponto de situação relativo à construção do novo parque infantil do Bairro da Horta Nova.

À semelhança do PS e da CDU, congratulou-se igualmente com o início dos trabalhos de requalificação da Azinhaga das Carmelitas; saudou a isenção da totalidade das taxas cobradas no comércio tradicional durante os meses de Março, Abril e Maio, que considerou ser uma medida extremamente importante, e que o CDS também apoiou.

Quis ainda saber qual o ponto de situação das intervenções de beneficiação e requalificação dos lotes do Bairro da Horta Nova; bem assim como o ponto de situação do processo de reabilitação do polidesportivo da Horta Nova; do processo de construção do Complexo Desportivo de Carnide e do processo de requalificação do Mercado do Bairro Padre Cruz; E qual o número de idosos que a Junta de Freguesia avançava no âmbito do Projecto RADAR;

Em continuação, manifestou o desejo de que a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia fosse mais pormenorizada nalguns casos, que se apresentam bastante vagos e pouco esclarecedores.

Por fim, nesta sua intervenção quis ainda congratular a acção e o trabalho da junta neste tempo particular de pandemia.

No uso da palavra **JOSÉ MORGADO**, começou por corroborar a reflexão anteriormente feita por Diana Vale, acerca da pouco pormenorizada Informação Escrita, que, não desenvolvendo e forma mais específica alguns assuntos, deixa muitas dúvidas por esclarecer.

Tal como expresso pelos anteriores intervenientes, também o PSD se congratulava com o início e o andamento das obras de requalificação da Azinhaga das Carmelitas, bem como da execução do Orçamento Participativo aprovado há seis anos.

Recuperando uma Moção apresentada em anterior Assembleia, **JOSÉ MORGADO**, voltou a questionar da existência de eventuais desenvolvimentos acerca da instalação de elevadores no edifício habitacional de 7 andares, 40 apartamentos e 200 pessoas inaugurando no Bairro Padre Cruz.

Pedi, por fim, esclarecimentos relativos à nota de execução financeira inscrita na última página da Informação Escrita.

MIGUEL AGROCHÃO, por seu turno, começou por felicitar o Executivo pelo trabalho desenvolvido e afirmou considerar a Informação Escrita do Presidente bastante clara e concisa, e que havia uma dimensão de acompanhamento da realidade que seguramente complementava e orientava algumas questões das demais bancadas.

Afirmou, depois, que não queria deixar de aproveitar a oportunidade de, à semelhança do que todos fizeram, congratular-se com o início da intervenção na Azinhaga das Carmelita, mas que, porém, pretendia fazer notar que, na realidade, este início de obra acontecia com cinco anos de atraso.

Em resposta às interpelações que lhe foram feitas, o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA** começou por dizer que, em relação ao início da intervenção na Azinhaga das Carmelitas, todos tinham razões de sobra para estarem satisfeitos.

Relativamente à linguagem e aos termos usados na Informação Escrita, afirmou que lamentava que os mesmos não fossem do agrado dos eleitos do PS, mas que eles correspondem àquela que é a realidade vivida em Carnide, com a necessidade de

constantes pressões a terem de ser feitas junto da Câmara Municipal de Lisboa para que se efectivem algumas actuações que são da responsabilidade daquela edilidade.

A propósito do Parque Infantil do Bairro da Horta Nova, disse que este era um projecto considerado em Orçamento Participativo, e que também aqui, apesar de este corresponder à construção de um equipamento super-ágil, parecia só se conseguir a sua efectivação na sequência de muita pressão a fazer junto da CML. A última informação que disse dispor acerca deste projecto indicava que ele se encontrava em sede de Câmara Municipal, em processo de avaliação de erros e omissões.

No tocante aos lotes do Bairro da Horta Nova, informou que uma parte significativa destes edifícios já estava pelo menos pintada. Afirmou, também, considerar que havia ali uma gestão de obra muito complexa, e que a decisão de colocar todos os lotes em obra, de modo simultâneo, fora uma péssima opção, reflectindo-se isto numa muito difícil articulação entre a GEBALIS e a própria empresa a quem foi adjudicada a obra. No sentido de minimizar as dificuldades que se vêm registando foi constituída uma comissão de acompanhamento, constituída pelas forças vivas locais, com elementos da população, da própria Junta de Freguesia e da GEBALIS...

Relativamente à questão da requalificação do polidesportivo do Bairro da Horta Nova, **FÁBIO SOUSA** informou que, à data, se estava na fase de ajustes necessários ao projecto. Recordou que havia sido feita uma primeira proposta que não ia ao encontro daquilo que a CML pretendia, uma vez que, para o local onde a edificação está prevista, a volumetria de um equipamento desportivo desta natureza assume uma importância muito significativa, pelo que foi necessária a elaboração de um segundo projecto. Por outro lado, e ainda acerca deste projecto, disse também o Presidente da Junta de Freguesia que já se abandonara a ideia da construção de um equipamento com uma vertente meramente desportiva, abraçando-se, antes, a ideia da constituição de uma praça socio-desportiva, onde aconteçam coisas numa vertente comunitária, e não apenas um complexo desportivo para o qual o espaço disponível é inadequado e de dimensão exígua

A propósito da construção do Complexo Desportivo de Carnide (vulgo campo do CAC), o Presidente esclareceu que o processo foi remetido para a competência da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que todas as diligências são feitas por aquela edilidade. Acrescentou, contudo, que, tanto quanto sabia, a Câmara estaria a proceder a um conjunto de adaptações ao projecto. Não obstante, a Junta de Freguesia tem feito um acompanhamento permanente, e muito próximo, daquela que é a realidade actual do Clube Atlético e Cultural, bem como de todos os diversos clubes existentes na freguesia, a quem tem assegurado todo o suporte necessário e fundamental.

Relativamente ao projecto de requalificação do Mercado do Bairro do Padre Cruz, informou, que este se encontrava já numa fase bastante avançada; o processo de licenciamento completo fora já enviado para o Vereador Carlos Castro, que assume na Câmara de Lisboa essa competência; A previsão orçamental deste projecto ronda o valor de 1,500,000.00 € (um milhão e quinhentos mil euros), apoiado num contrato de delegação de competências estabelecido entre a CML e a Junta de Freguesia de Carnide. À data, aguarda-se, assim, a respectiva validação de licenciamento por parte da Câmara de Lisboa.

Reportando-se à questão colocada por José Morgado, a propósito da instalação do elevador no edifício habitacional construído no Bairro Padre cruz, **FÁBIO SOUSA** informou que, infelizmente, não tinha ainda havido qualquer tipo de desenvolvimento neste sentido e que o necessário elevador não fora ainda colocado. Contudo – sublinhou –, a Junta de Freguesia tem feito bastante pressão junto dos órgãos responsáveis para a realização desta obra considerada fundamental.

Entrando-se na abordagem do **PONTO 3** da Ordem de Trabalhos – **Prestação de contas** – a Vogal/Tesoureira **SUSANA CRUZ** fez a apresentação do documento, começando por repartir a análise em dois tempos (análise orçamental e análise da situação económico-financeira), e explicou que a receita total da Junta de Freguesia de Carnide no ano de 2019 foi de 6,215,861.02€ (seis milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e um euros e dois cêntimos), com uma taxa de execução, ao nível da receita, de 92.71%.

Acrescentou também que o total das receitas próprias era de 13,96%, e que estas haviam registado uma diminuição em relação ao ano anterior.

Nesta sua apresentação assinalou também que a Junta de Freguesia de Carnide, tal como o que se verifica com todas as outras Juntas de Freguesia, tem uma dependência financeira grande das transferências correntes, sejam por parte da Câmara Municipal de Lisboa, sejam do Fundo de Financiamento das Freguesias, mas que, ainda assim, no ano em apreço registou-se uma significativa diminuição dessa dependência, quando comparado com os anos anteriores.

No que diz respeito às despesas, informou que estas assumem o valor de 4, 579,291.52€ (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e um euros e cinquenta e dois cêntimos), e que aqui a Taxa de Execução foi 68,30%, menor que a do ano anterior.

A execução da despesa corrente do ano em apreço foi de 87,87%, a execução de despesa de capital foi de 15,18%.

O valor total da despesa de capital foi de 506,895,68€ (quinhentos e seis mil, oitocentos e noventa e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), dos quais 484,188.12€ (quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e oito euros e 12 cêntimos), foram transferidos apenas em Dezembro de 2019, inviabilizando assim a sua utilização no ano em análise.

SUSANA CRUZ disse, também, que grande parte dos valores que aqui são apresentados estão alocados ao polidesportivo do Bairro da Horta Nova e ao Mercado do Bairro Padre Cruz. Acrescentou, ainda, que ambos, para além das questões financeiras evidentes, implicam também processos muito morosos e que podem originar “arrastamentos” de situações. Para além disso, a execução de qualquer um deles e a possibilidade de se abrirem concursos públicos implica a existência de dotação orçamental, e a autorização da Câmara Municipal para realocação de alguns valores dos Contratos de Delegação de Competência.

No que diz respeito à análise da situação económico-financeira, a Tesoureira da Junta de Freguesia explicou que se registou um aumento do activo, do passivo e dos fundos próprios. O aumento do activo deve-se ao acréscimo do activo circulante, relacionado com os Contratos de Delegação de Competências, que leva, necessariamente, ao aumento dos fundos próprios, originando também que o resultado líquido do exercício seja positivo no valor de 265,941,35€ (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e um euros e trinta e cinco cêntimos).

Em relação ao passivo, afirmou que os valores se justificam, quase todos, pelos valores afectos aos Contratos de Delegação de Competências, seja porque há custos associados que deverão ocorrer em exercícios posteriores e outros custos a reconhecer neste exercício, mas cujo pagamento só será feito no seguinte.

Tendo as contas e o documento de apresentação de contas sido sujeito a apreciação, resultou o mesmo a **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e a abstenção do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

A este propósito o PS quis apresentar Declaração de Voto oral, com o teor que a seguir se descreve:

“O PS, como tem sido hábito, abstém-se nos relatórios e em todas as propostas que respeitem a contas, por não participar activamente na sua gestão, mas, naturalmente, confiando e louvando a actuação da Junta.”

Passando-se à abordagem do **PONTO 4 – Aprovação da 1ª Revisão Orçamental**, **SUSANA CRUZ** fez a apresentação do documento de suporte e justificou da necessidade desta alteração, esclarecendo que o seu motivo radicava na necessidade de integração do saldo de gerência, uma vez que, face ao contexto que se estava a viver, havia uma noção e percepção muito clara de que as receitas da autarquia iriam ficar muito aquém daquilo que era a previsão inicial.

Nesta sequência **JOSÉ MORGADO** questionou se havia alguma previsão acerca do valor de diminuição da receita, ao que **SUSANA CRUZ** respondeu com o valor de 547,660.00€ (quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta euros).

A este propósito **DANIEL SOARES** afirmou que o PS compreendia a situação, embora abstando-se na votação em apreço, pelas razões invocadas na Declaração de Voto anteriormente apresentadas, e desejava ao Executivo a melhor sorte na gestão das finanças da Junta de Freguesia até ao final do ano, reconhecendo que certamente não será um exercício fácil.

Passando-se à votação desta proposta de Revisão Orçamental, resultou a mesma **APROVADA**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e a abstenção do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, com o mesmo teor daquela que anteriormente fora já apresentada.

Relativamente ao **PONTO 5 – Aprovação da 1ª Revisão ao PPI e ao PPA de 2020**, após a apreciação dos documentos de suporte, foram os mesmos submetidos a votação,

resultando a proposta **APROVADA**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (2 votos) e a abstenção do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

O PS apresentou Declaração de Voto Oral, com o mesmo teor daquela que anteriormente fora já apresentada

A propósito do **PONTO 6 – Inventário** – foram os documentos de suporte submetidos a apreciação nada tendo havido a declarar.

Na abordagem do **PONTO 7 – Propostas – Protocolos de Cooperação**, **FÁBIO SOUSA** começou por explicar a adenda ao Protocolo com a Associação Amigas do Peito, para justificar e viabilizar a utilização do transporte solidário pelas utentes da Casa das Amigas do Peito;

Explicou também a contextualização do novo Fundo de Emergência Social–COVID, recordando que anteriormente já havia em prática um Fundo de Emergência Social para agregados familiares, muito dedicado àquilo que eram problemas relacionados com a habitação, e agora passa também a existir um Fundo de Emergência Social direccionado às situações de COVID-19, nomeadamente para casos de isolamentos profilácticos, situações de *lay-off* e consequente perda de rendimentos, situações de despedimentos e perda de suportes profissionais e financeiros, etc...

Na apreciação deste ponto da Agenda **DANIEL SOARES** pediu que fosse explicada a adenda ao protocolo com a Associação Azimute Radical (AZR), tendo sido secundado neste pedido pelos eleitos do PSD e CDS.

Em resposta, **FÁBIO SOUSA** explicou que, ao longo do tempo, tem havido um conjunto de protocolos com as diversas associações locais e que, no caso da AZR, esta tem sido um importante parceiro importantíssimo da Junta de Freguesia para o cumprimento daquilo que são as suas missões e funções. Neste sentido, e atendendo ao facto de ser importante dar respostas ocupacionais às crianças da freguesia em período de férias, num tempo particularmente complexo e difícil, marcado por um imperativo de contingência que altera tudo o que era habitual e impossibilita práticas comuns noutros anos, sentiu-se necessidade de contratualizar com a Azimute Radical a resposta para algumas destas questões, passando esta Associação a assumir um papel muito mais activo na gestão de outros espaços, de que já usufruíam, nomeadamente no Jardim da Luz, Espassus Piscina e Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz, em vista à sua dinamização adequada para que as crianças ali possam desenvolver um conjunto diversificado, cuidado e seguro de actividades.

No do uso da palavra, **JOÃO VENTURA** questionou o Presidente da Junta de Freguesia se, no actual quadro pandémico, iria haver alguma alteração aos programas de férias para a população sénior, tendo-lhe sido respondido por **FÁBIO SOUSA** que, dado o grau de risco que esta população comporta, a Junta de Freguesia optara por, no ano de 2020, não desenvolver qualquer programa de férias com esta população, mas que, não querendo deixar de lhes dedicar a atenção merecida, têm sido procuradas outras soluções de intervenção, como sejam o caso das aulas de ginástica online, aulas em vídeo-conferência, etc...

Na apreciação destas Propostas, **MIGUEL AGROCHÃO** pediu escusa de voto no protocolo com a AZR, justificando essa situação por fazer parte dos respectivos Órgãos Sociais desta Associação.

Ainda na discussão deste ponto, **DIANA VALE** afirmou não ter ficado suficientemente esclarecida relativamente à proposta de protocolo com a Azimute Radical, e perguntou se fora feito algum tipo de concurso prévio para atribuição deste serviço à AZR, ou que tipo de procedimento concreto havida sido seguido.

DANIEL SOARES, por sua vez, secundou as preocupações do CDS, e fez declaração de interesse, considerando que a AZR é uma associação de grande importância na freguesia, e que não era isso o que estava em questão. Porém, considerou sentir algum desconforto com a forma como esta proposta era aqui apresentada, sem que tenha sido exposta uma razão válida para a opção pela AZR e não uma qualquer outra Associação. Acrescentou que era parca a informação e que não estavam reunidas as garantias para que o PS pudesse acompanhar a aprovação deste protocolo.

Também **JOSÉ MORGADO**, subscreveu as mesmas dúvidas do PS e CDS, afirmando não ter conseguido entender nada do que constava escrito no texto da proposta de protocolo, e tendo-lhe suscitado bastantes dúvidas a parte que refere *“a cedência de instalações para a sede da Associação”*.

Em respostas a estas intervenções **FÁBIO SOUSA** afirmou não perceber as razões de tantas dúvidas, recordando que a Azimute Radical era uma Associação com um trabalho meritório na Freguesia de Carnide. E que deveria constituir um privilégio ter uma Associação, como a AZR, a residir em Carnide, com uma destacada intervenção a nível nacional.

Acrescentou que no protocolo não estava escrito nem previsto em lado nenhum que se iria concessionar à AZR a gestão e exploração do Pavilhão Desportivo do Bairro Padre Cruz, mas que, tão somente, com a saída do Agrupamento de Escolas do BPC da utilização daquele Pavilhão desportivo torna-se importante dinamizar aquele espaço e maximizar o seu funcionamento, reconhecendo-se na AZR as competências mais adequadas e mais completas para esse tipo de acção, sendo, nomeadamente, a única na freguesia que desenvolve actividades radicais. Sublinhou que o que se pretende na adenda em apreço é que a Azimute Radical possa vir a coadjuvar a Junta de Freguesia naquilo que é a gestão e funcionamento do seu Pavilhão Desportivo.

Depois de alguma discussão inconclusiva e por proposta da Presidente da Assembleia de Freguesia esta proposta de protocolo foi retirada da Ordem do Dia, deixando assim de ser objecto de votação, para que, revisto e refeito, possa ser apresentado em futura sessão da Assembleia Freguesia.

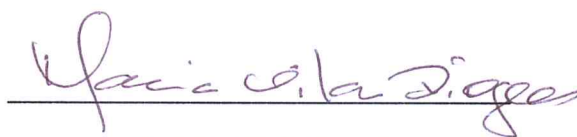
Sujeitas a votação todas as outras propostas de protocolo, nomeadamente aquelas que se referem à Associação Amigas do Peito, Fundo de Emergência Social e Santa Casa da Misericórdia, resultaram todas elas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.

Após a discussão do último ponto da Agenda, foi acordada a data de 22 de Setembro de 2020, **pelas 21.00h**, para a realização da próxima Assembleia de Freguesia, tendo sido lavrada e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta.

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram **zero horas e quinze minutos** do dia vinte e três de Junho, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; e por **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu, e por **MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ**, 2º Secretário.

17

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes

1.º Secretário

2.º Secretário

Fernando d'Oliveira

Maria José Pinheiro da Cruz